

SERVIDOR

GDF não tem verbas para o 13º

Por falta de verbas e impossibilidade de qualquer tipo de «repasse» da União, o GDF dificilmente irá beneficiar seus servidores com o 13º Salário, mesmo que a medida seja adotada — como certamente será — pelo governo federal, ainda este ano, segundo alta fonte do governo.

Já a questão dos reajustes semestrais para os funcionários públicos estatutários e celetistas, está na dependência da disponibilidade de verba por parte do governo federal. Sabe-se que o diretor geral do DASP, José Carlos Freire, encampou a reivindicação dos funcionários e encaminhou o problema para as chamadas áreas econômicas.

A concessão do 13º salário no caso de outros Estados é praticamente certa. Os estudos realizados pelo DASP dão conta de que a medida, beneficiando não só os funcionários ativos, tanto civis como militares, mas também os inativos, acarretará numa despesa de 8,8 bilhões de cruzeiros. Hoje, é consenso no governo que o benefício tem que ser dado, até mesmo por uma questão política. A única dúvida, é que tem sido o motivo dos estudos que vêm sendo realizados, é de onde retirar toda esta verba.

DISTRITO FEDERAL

Porém, alta fonte do governo federal garante que este ano dificilmente o benefício será encampado pelo governo do Distrito Federal por um motivo simples: faltam verbas. Não há sequer a possibilidade de que qualquer remanejamento ou repasse da União para o GDF.

Ciente disto, e sem querer adotar uma posição de «omissão», o governo do Distrito Federal vem realizando estudos em buscas de formas concretas para minimizar «a situação aflitiva de seus funcionários». Uma das formas que poderá ser adotada — mas frise-se bem, tudo ainda está no campo dos estudos de viabilidade — poderá ser a «dinamização do Plano de Classificação de Cargos do GDF», como já foi anunciado pelo Secretário de Administração, José Arocha em entrevista publicada ontem pelo Jornal de Brasília. Arocha apontou as progressões e ascensões funcionais como uma maneira de melhorar os níveis salariais dos funcionários do GDF.

REAJUSTES

A mesma fonte do governo federal garante, por outro lado, que o governo não está indiferente às reivindicações do funcionalismo em geral no sentido de também serem incluídos no novo projeto de política salarial que prevê reajustes semestrais para os salários. O problema já foi encampado pelo Diretor Geral do DASP, José Carlos Freire, que, pelo que se sabe, encaminhou-o ao presidente da República numas de suas últimas audiências. Estudos do DASP revelam inclusive que, adotando-se a medida, o acréscimo da folha de pagamento será mínimo (caso o índice anual seja de 50%, o pagamento de 25% em duas vezes acarretará um acréscimo de pouco mais de 6%).

O ministro da Fazenda já se pronunciou a respeito informando que a questão vem sendo estudada. Lideranças oficiais também já se pronunciaram lembrando que o governo não está omissos ao problema. Porém, ainda não foi adotada nenhuma decisão a respeito e, pelo que se tem notado, a movimentação que vem sendo feita pelos funcionários públicos em geral é uma das principais justificativas políticas para que o governo encontre uma saída para o problema.

PROFESSORES

O Conselho de Política de Pessoal do GDF estará estudando, em suas próximas reuniões, o processo sobre a criação do Grupo Magistério, segundo se cogita na Fundação Educacional do Distrito Federal. A mesma fonte informa que há grandes possibilidades de que o CPP de parecer favorável ao assunto, de modo a encaminhá-lo na próxima semana ao governador Aimé Lamaison, para que seja decretada sua instalação.

O Grupo Magistério virá, conforme já lembrou a secretária Eurides Brito, da Educação e Cultura, corrigir uma das falhas de regulamentação do magistério, podendo eliminar os conceitos de Classes A, B, C. A nova política irá beneficiar os professores estatutários do Distrito Federal que, com a criação, há alguns anos, da Fundação Educacional, ficaram marginalizados do processo de reclassificação, havendo casos de docentes que se aposentam com vencimentos equivalentes aos de um professor em início de carreira.

A fonte assegura ainda que «o governador Lamaison não guarda ressentimentos do professorado», devido à greve realizada no inicio deste ano, não havendo, aparentemente, razões para voto do projeto de decreto.